

CPLP quer mobilidade na educação

Na abertura, ontem, da Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial a CPLP propôs a criação de um programa de mobilidade para alunos e docentes no espaço da comunidade. Na conferência foi defendida, também, a criação de um sistema de certificação internacional de competências linguísticas em português.

O secretário executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Murade Murargy, propôs ontem, em Lisboa, a criação de um programa para promover a mobilidade de estudantes, professores e investigadores entre os Estados-membros, reporta a agência Lusa.

Murade Murargy, que falava na abertura da segunda Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que decorre até amanhã, em Lisboa, defendeu uma "reflexão conjunta sobre o espaço do ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP".

O responsável da CPLP levantou a possibilidade da "criação de um programa especial destinado à mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos no espaço da comunidade", salientando a "importância da circulação do conhecimento académico e científico e da colaboração em redes, e da implementação conjunta de projectos de cooperação".

"Mantemos a prioridade de actuação futura na criação do espaço de ensino superior da CPLP", intenção aprovada há cerca de dez anos, disse Murade Murargy.

"Os desafios são gigantescos. Para a concretização do objectivo estratégico de construir um espaço de ensino superior para a CPLP são chamadas as universidades dos Estados-membros", sustentou.

O trabalho passa por promover a cooperação na avaliação da qualidade do ensino superior e na identificação de critérios e metodologias comparáveis, procurar a harmonização e concertação do desenvolvimento curricular, e realizar programas conjuntos de formação graduada e pós-graduada e de investigação.

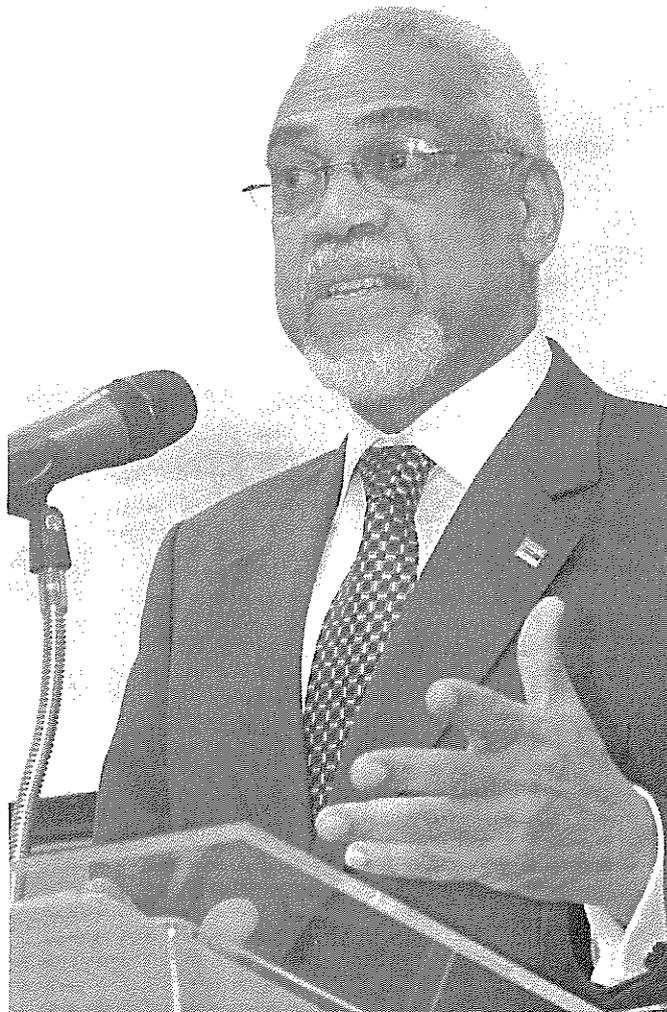
Na sua intervenção, Murargy apelou ainda ao aprofundamento das relações económicas e empresariais entre os países da CPLP.

"Actualmente, as dimensões geopolítica e geo-económica conferem à língua portuguesa um potencial cada vez maior no plano da correlação com outras línguas dominantes, por força dos indicadores de crescimento económico de alguns Estados-membros e pela forte actuação da concertação política e diplomática da CPLP no sistema internacional", defendeu.

Recordando que o português é a sexta língua mais falada no mundo, considerou que "o seu valor traduz-se efectivamente num crescente impacto no mundo dos negócios de projecção global".

Os Estados-membros, acrescentou, "devem promover uma cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento dos povos da comunidade".

Também na abertura, o presidente da comissão científica da conferência, Ivo José de Castro, lembrou o uso da língua na diáspora, nomeadamente entre as novas gerações, que devem preservar "a memó-



Murade Murargy levantou a possibilidade da "criação de um programa especial destinado à mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos no espaço da comunidade", salientando a "importância da circulação do conhecimento académico e científico e da colaboração em redes, e da implementação conjunta de projectos de cooperação".

ria activa da língua e da cultura de que são descendentes", e de estrangeiros, que procuram aprender português para "ler Camões e Pessoa, mas também para fazerem negócios".

Nesse sentido, o responsável defendeu

que a CPLP deve estar preparada para oferecer "um ensino de qualidade", propondo a criação de um sistema de "certificação internacional de competências linguísticas em português, único, uniforme e homogéneo".

Moçambique • Seis pessoas condenadas por envolvimento em raptos em Maputo

Seis pessoas acusadas de envolvimento em raptos em Moçambique foram na segunda-feira condenadas a 16 anos de prisão pelo Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, que absolveu duas no processo em causa, noticia a agência Lusa. O tribunal considerou provado o envolvimento dos seis arguidos no rapto de cinco cidadãos moçambicanos, quatro dos quais empresários, entre Setembro de 2011 e Dezembro de 2012. Segundo o tribunal, pelo menos três dos cinco raptos renderam aos autores dos crimes mais de 336 mil euros, não se conhecendo o valor gerado pelo rapto de duas das vítimas. Três dos cinco condenados, incluindo dois irmãos, são policiais, um dos quais da Casa Militar, a unidade da polícia moçambicana que garante a segurança do chefe de Estado moçambicano. Com a leitura da sentença, falta ainda o desfecho de outro processo judicial em curso em conexão com a onda de raptos que tem abalado as cidades moçambicanas, que já provocou a morte de uma criança no passado fim de semana. A criança foi assassinada pelos raptadores em retaliação pelo facto de a família ter informado a polícia do local onde seia pago o resgate.

Guiné-Bissau • Produção de arroz cresceu 10 vezes com apoio da UE e Portugal

A produção de arroz cresceu 10 vezes em dois anos nas regiões da Guiné-Bissau apoiadas por um programa financiado pela União Europeia e pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, reporta a agência Lusa. anunciou hoje a organização. O salto de 700 para sete mil toneladas faz parte do balanço do segundo Programa de Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) que fornece sementes e dá formação aos guineenses para acabar com o problema crónico da escassez de alimentos. Estima-se que a segunda fase do PDSA, iniciada em 2011 e que termina em Janeiro de 2014, ajude a melhorar as condições de vida de meio milhão de pessoas.

População • Portugal perdeu mais de 55 mil habitantes em 2012

Em 31 de Dezembro de 2012, a população residente em Portugal estimava-se em 10.487.289 pessoas, menos 55.109 pessoas do que na mesma data no ano anterior, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). O número de nascimentos foi de 89.841, menos 7,2 por cento do que em 2011 (96.856), descendo, pela primeira vez desde que há registos, abaixo de 90 mil. Em 2012, realizaram-se 34.423 casamentos (menos 1.612 do que os realizados em 2011), dos quais 324 entre pessoas do mesmo sexo. O número de divórcios de casais residentes em território nacional decretados em Portugal foi de 25.380, menos 1.371 que em 2011. O número de mortes aumentou 4,6 por cento, passando de 102.848 em 2011 para 107.612 em 2012. Da totalidade de óbitos, 68,8 por cento ocorreram em pessoas com idades iguais ou superiores a 75 anos (66,8 por cento em 2011). A tendência de envelhecimento demográfico manteve-se com a redução do peso da população jovem e da população em idade activa, e ainda com o aumento da proporção de pessoas idosas (de 19,0 por cento em 2011 para 19,4 por cento em 2012).